

2.º	PUBLICADO NO D. O. U.
C	Da <u>13</u> / 08 / 1999
C	 Rubrica

550



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo : 13956.000190/96-89

Acórdão : 203-05.186

Sessão : 02 de fevereiro de 1999

Recurso : 102.288

Recorrente : SÉRGIO CARLOS CASTALDO

Recorrida : DRJ em Foz do Iguaçu - PR

**ITR - Recurso que não enfrentou as razões da decisão de primeira instância.  
Recurso não conhecido.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por:  
**SÉRGIO CARLOS CASTALDO.**

ACORDAM os Membros da Terceira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por unanimidade de votos, em não conhecer do recurso.** Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Renato Scalco Isquierdo e Mauro Wasilewski.

Sala das Sessões, em 02 de fevereiro de 1999

Otacílio Dantas Cartaxo  
**Presidente**

*D. H. C.*  
Daniel Corrêa Homem de Carvalho  
**Relator**

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Francisco Sérgio Nalini, Francisco Maurício R. de Albuquerque Silva, João Berjas (Suplente), Osvaldo Aparecido Lobato (Suplente), Sebastião Borges Taquary e Henrique Pinheiro Torres (Suplente).

Lar/ovrs



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo : 13956.000190/96-89

Acórdão : 203-05.186

Recurso : 102.288

Recorrente : SÉRGIO CARLOS CASTALDO

### RELATÓRIO

Versa o presente processo sobre o lançamento do ITR/94, do imóvel denominado Sítio Água Branca, Fazenda Bandeirante do Peixe, localizada no Município de Tabaporã-MT (antigo Porto dos Gaúchos-MT).

Em Impugnação de fls. 01/15, o interessado solicita a retificação do ITR com base no demonstrativo anexo e as contribuições para CNA, CONTAG e SENAR sejam excluídas da notificação de lançamento.

Argumenta que o fato de a Receita Federal não aceitar o VTN declarado pelo contribuinte, implica em considerá-lo como agente de crime de falsidade, o que não pode ser aceito.

Alega, ainda, que sua notificação foi emitida posteriormente à data de vencimento da obrigação. Acreditando tratar-se de lançamento, relativo ao exercício de 1995.

Alega, que para arbitrar o VTN não foi observada a legislação em vigor. Que não foram ouvidas as Secretarias de Agricultura dos Estados.

Que a cobrança do ITR e das contribuições é nula por violar todos os princípios constitucionais, especialmente no tocante ao aumento do ITR e por instituir impostos sem prévia previsão legal, tudo com base no art. 150, I, da CF, e art. 97, §§ 1º e 2º, do CTN.

Que a multa e os juros são totalmente descabidos.

Que se sente violado em todos os seus direitos, visto que, para vender seu imóvel, é obrigado a pagar ITR e as contribuições.

Que não pode ser obrigado ao pagamento da contribuição sindical. Ainda mais atrelada ao imposto, o que contraria todo o ordenamento jurídico.



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

**Processo : 13956.000190/96-89**

**Acórdão : 203-05.186**

Assim, requer seja declarada a nulidade das notificações e a aceitação dos documentos anexos, como prova das alegações. E sejam excluídas as cobranças das contribuições, juros, multa e correção monetária.

Requer, ainda, a retificação da taxa de urbanização da terra, que deverá passar para 100%.

Requer diligências junto às imobiliárias locais, Registro de Imóveis, Cartórios, Prefeituras, para apurar o valor real de mercado praticado à época, excluindo-se as benfeitorias.

Por fim, indica os peritos que deverão fazer as perícias solicitadas e os quesitos a serem respondidos.

A autoridade julgadora de primeira instância, às fls. 34/36, informa que o interessado questiona o lançamento do ITR/95 em outro processo administrativo. Neste, impugna o ITR/94.

Que a notificação de Lançamento de fls. 16 é segunda via, correspondente à reativação da exigibilidade do crédito tributário. É por esta razão que tem sua data de emissão posterior à de vencimento.

Que a suspensão da exigibilidade, relaciona-se com a impugnação do ITR, julgada no Processo Administrativo nº 10183.003359/95-53, cujos autos se encontram na Procuradoria da Fazenda Nacional - MT. (Decisão juntada às fls. 32 e 33).

Conclui que o pedido, ora apresentado, diz respeito a objeto, já definitivamente julgado na esfera administrativa.

Assim, desconhece a impugnação interposta e determina que se prossiga na cobrança do crédito tributário referente ao ITR/94, acrescido de juros de mora e demais encargos legais.

Inconformado com a r. decisão, o contribuinte interpõe recurso voluntário, às fls. 39/40, alegando, em síntese, que o imóvel está sendo tributado acima do valor declarado, já que 50% da área total do imóvel é área de reserva legal, e que se encontra assegurada a isenção do ITR sobre a área de preservação.

Que nada deve quanto à Contribuição à CNA e ao SENAR, já que nunca se filiou a qualquer destes órgãos, e invoca o art. 8º da CF, que garante a liberdade de associação.



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo : 13956.000190/96-89

Acórdão : 203-05.186

Reiterando, na íntegra, o mesmo alegado na impugnação, requer um reexame de suas alegações, e, a redução de 50% dos lançamentos futuros, com base na área de reserva legal.

A Fazenda Nacional, às fls. 46/48, em suas Contra-Razões ao recurso, mantém na íntegra a decisão de primeira instância.

É o relatório.



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

**Processo :** 13956.000190/96-89  
**Acórdão :** 203-05.186

### VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR DANIEL CORRÊA HOMEM DE CARVALHO

A recorrente em sua peça recursal lança novos argumentos de fato, não lançados na impugnação, encontrando-se abrangidos pelos efeitos da preclusão.

Ao reportar-se aos argumentos da impugnação, o contribuinte depara-se com as razões de decidir da autoridade de primeira instância, cuja fundamentação adoto e transcrevo:

“De inicio, cabe registrar que o interessado questiona o lançamento do ITR/95 em outro processo administrativo, de nº 13956.000191/96-41. Neste, efetivamente, impugna o ITR/94.

A Instrução Normativa SRF nº 27, de 22/05/95, prorrogou para 30/06/95 o prazo de pagamento do ITR/94 e das receitas a ele vinculadas, relativas ao exercício de 1994. O Ato Declaratório (Normativo) nº 30, de 01/06/95, estabeleceu a mesma data de 30/06/95 como de vencimento do prazo para reclamação desses lançamentos. A intempestividade do pedido é razão suficiente para desconhecê-lo. Mas outro motivo há, que apresenta antecedência lógica, sobre o qual passo a discorrer.

Observa-se no histórico de fls. 29, que exigibilidade do crédito tributário relativo ao lançamento foi suspensa em 20/07/95 e reativada em 28/05/96. Na data da reativação da exigibilidade do crédito tributário, 28/05/96, foi emitida segunda via da notificação de lançamento, mantida a data de vencimento original, em obediência ao que determina a Norma de Execução SRF/COSAR/COSIT nº 01/95 – ítem 70. Portanto, a notificação de lançamento de fl. 16 é segunda via, correspondente à reativação da exigibilidade do crédito tributário. É por esta razão que tem sua data de emissão posterior à de vencimento.

A suspensão da exigibilidade relaciona-se com a impugnação do ITR julgada no processo administrativo nº 10183.003359/95-53, conforme informação de fl. 30, cujos autos se encontram agora na Procuradoria Fazenda Nacional – MT, para procedimento de inscrição em Dívida Ativa. Trata-se do exercício de 1994, como comprova a cópia de sua Decisão, juntada às fls. 32/33.



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo : 13956.000190/96-89

Acórdão : 203-05.186

Tal Decisão foi protelada em 10/05/96. A reativação da exigibilidade, efetivada em 28/05/96, decorre do trânsito em julgado do processo.

O pedido ora apresentado diz respeito, portanto, a objeto já definitivamente julgado na esfera administrativa, motivo que determina o seu desconhecimento.”

Por todo o exposto não conheço do recurso.

Sala das sessões, em 02 de fevereiro de 1999

*Daniel Corrêa Homem de Carvalho*  
DANIEL CORRÊA HOMEM DE CARVALHO